

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 505.564 - PR (2014/0093123-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCIA REGINA OLIVEIRA AMBROSIO - PR009685
CASSIANO ESKILDSEN E OUTRO(S) - PR034831
CHRISTIANO DE LARA PAMPLONA E OUTRO(S) - PR043902
AGRAVADO : SANGALETTI E COMPANHIA LTDA
ADVOGADOS : JAIR ANTÔNIO WIEBELLING E OUTRO(S) - PR024151B
MARCIA LORENI GUND E OUTRO(S) - PR029734

EMENTA

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO RESCISÓRIA. LITERAL VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. MOTIVO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 295 DO CPC/73. CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS PARA JULGAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO**

DECISÃO

SANGALETTI E COMPANHIA LTDA (SANGALETTI) ajuizou ação de prestação de contas contra BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO), tendo sido julgada procedente. Na segunda fase, o juiz de primeiro grau declarou boas as contas apresentadas, tendo a sentença sido reformada pelo TJPR.

O BANCO ajuizou ação rescisória visando desconstituir o acórdão que julgou o recurso de apelação afirmando que há violação do art. 485, V, do CPC/73.

O Desembargador relator julgou extinto o processo, sem resolução do mérito.

Já o TJPR negou provimento ao agravo regimental posteriormente apresentado pelo BANCO em acórdão, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERE A PETIÇÃO INICIAL DE AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO DE LEI NÃO CONFIGURADA. INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE QUE REVELA MERO INCONFORMISMO DO AUTOR DIANTE DE DECISÃO QUE LHE É DESFAVORÁVEL. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. A ação rescisória é um meio autônomo de impugnação que

Superior Tribunal de Justiça

visa desconstituir decisão de mérito transitada em julgado quando presente ao menos uma das hipóteses previstas no artigo 485 do Código de Processo Civil.

2. A mera interpretação divergente da legislação aplicável à espécie não configura hipótese de ajuizamento de ação rescisória, pois não implica em ofensa objetiva à lei prevista no art. 485, inciso V, do CPC.

Agravo Regimental não provido (e-STJ, fl. 688).

Inconformado, o BANCO interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a, da CF, sustentando (1) a impossibilidade de indeferimento da petição inicial da ação rescisória porque as hipóteses estão limitadas ao art. 295, do CPC/73; e, no mérito, (2) a comprovação da violação do art. 485, V, do CPC/73 porque o acórdão rescindendo limitou a taxa de juros, violando expressamente o art. 4º, IX, 9º, da Lei nº 4.595/64; e (3) é competência do Conselho Monetário nacional a limitação das taxas de juros, sendo inaplicáveis aos caso as limitações contidas nos arts. 1º e 4º, do Decreto-lei nº 22.626/33, 1.062, do CC/1916 e 591, 406, do CC/02.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (1) da ausência de violação do art. 295, do CPC/73; (2) do óbice da Súmula nº 343 do STF no que se refere à negativa de vigência do art. 485, V, do CPC/73 e (3) da possibilidade de limitação dos juros.

Nas razões do seu agravo em recurso especial, o BANCO afirmou (1) a impossibilidade de julgamento do mérito recursal pelo juízo de admissibilidade; (2) que o apelo nobre está fundamentado na violação do art. 295 do CPC/73 porque a petição inicial foi indeferida sem que exista, para o caso, previsão legal; (3) a demonstração de violação da negativa e vigência do art. 485, do CPC/73 e da impossibilidade de incidência da Súmula nº 343 do STF (e-STJ, fls. 715/724).

O agravo foi conhecido mas negado seguimento ao apelo nobre em decisão monocrática de relatoria da Ministra NANCY ANDRIGHI (e-STJ, fls. 732/733).

A Terceira Turma do STJ negou provimento ao agravo regimental interposto pelo BANCO e rejeitou os aclaratórios posteriormente opostos (e-STJ, fls. 760/763 e 782/788).

Então, o BANCO interpôs embargos de divergência que foi provido pela Corte Especial em acórdão, de relatoria da Ministra LAURITA VAZ, assim ementado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO QUE JULGA AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NO ART. 485, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RESCINDENDO. RATIFICAÇÃO DA

Superior Tribunal de Justiça

JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL SEDIMENTADA DESDE 2012. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA ACOLHIDOS.

1. "E cabível recurso especial interposto em sede rescisória, baseada no artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil, em que se impugnam os fundamentos do acórdão rescindendo" (EREsp 517.220/RN, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Rei. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/08/2012, DJe de 23/11/2012).

2. Embargos de divergência acolhidos.

O Ministério Público opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 878/880).

É o relatório.

DECIDO.

Do agravo em recurso especial

O recurso merece prosperar

Constou na decisão de admissibilidade que o apelo nobre não foi admitido em virtude (1) da ausência de violação do art. 295, do CPC/73; (2) do óbice da Súmula nº 343 do STF no que se refere à negativa de vigência do art. 485, V, do CPC/73 e (3) da possibilidade de limitação dos juros.

Nas razões do seu agravo em recurso especial, o BANCO impugnou os fundamentos da decisão de admissibilidade afirmando (1) a impossibilidade de julgamento do mérito recursal pelo juízo de admissibilidade; (2) que o apelo nobre está fundamentado na violação do art. 295 do CPC/73 porque a petição inicial foi indeferida sem que exista, para o caso, previsão legal; (3) a demonstração de violação da negativa e vigência do art. 485, do CPC/73 e da impossibilidade de incidência da Súmula nº 343 do STF (e-STJ, fls. 715/724).

Assim, CONHEÇO do agravo em recurso especial e passo ao julgamento do apelo nobre interposto às e-STJ, fls. 693/704.

Do recurso especial

(1) Da violação do art. 295 do CPC/73

BANCO sustentou a impossibilidade de indeferimento da petição inicial da ação rescisória porque as hipóteses estão limitadas ao art. 295, do CPC/73. Afirmou que houve o julgamento do mérito da ação, não sendo possível a extinção da rescisória.

O TJPR afirmou que o indeferimento da ação rescisória se deu em virtude de não estarem presentes os requisitos do art. 485, V, do CPC/73 porque (i) ausente a ofensa literal à lei; e, (ii) a existência de precedentes em sentido contrário não autoriza a

rescisão do acórdão, confira-se:

2. Não há razão para o provimento do recurso. Ao indeferir a petição inicial da ação rescisória, a decisão recorrida destacou os motivos que impossibilitavam o prosseguimento da demanda, em especial o fato de não estar presente hipótese prevista no art. 485, V, do Código de Processo Civil.

Entendeu-se ausente a necessária ofensa à literal disposição de lei, pois todos os argumentos apontados nesse sentido se restringiam a pugnar pela acolhida de tese diversa da adotada no acórdão rescindendo. Essa pretensão foi prontamente rechaçada por não configurar violação legal..

Além disso, também se destacou que a existência de precedentes em sentido contrário ao entendimento da decisão objeto da rescisória não autoriza o ajuizamento de ação rescisória, afinal, não consiste em situação prevista no dispositivo supracitado [...] (e-STJ, fl. 689).

Assim, verifica-se que no caso dos autos, o TJPR manteve a decisão que indeferiu a petição inicial da ação rescisória por não constatar as hipóteses do art. 485 do CPC/73, matéria que, indiscutivelmente, refere-se ao próprio mérito da ação.

A jurisprudência do STJ não admite o indeferimento da petição inicial da ação rescisória com base em fundamento que se confunde com o próprio mérito.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES DE NULIDADE DA DECISÃO MANIFESTAMENTE DESCABIDAS. AÇÃO RESCISÓRIA. LITERAL VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DE LEI E ERRO DE FATO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. MOTIVO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A ação rescisória não pode ser liminarmente indeferida com base em fundamento que se confunde com o próprio mérito da causa.

2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(AgInt no REsp 1.752.891/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 25/2/2019, DJe 28/2/2019)

Por essas razões, o acórdão proferido pelo TJPR deve ser desconstituído para que seja realizado o julgamento do mérito da ação rescisória como entender de direito.

Fica prejudicada a análise das demais violações apontadas nos itens (2) e (3) do apelo nobre que se referem ao mérito da ação rescisória e devem ser julgados pelo

Superior Tribunal de Justiça

TJPR sob pena de supressão de instância.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo e **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial determinando o retorno dos autos ao TJPR para que prossiga com o julgamento do mérito da ação rescisória, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

